

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Bianca Maselli Gomes

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES: As visões dos militares

Monografia de Graduação

BRASÍLIA

2011

Bianca Maselli Gomes

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES: As visões dos militares

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel e licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira

BRASÍLIA

2011

Bianca Maselli Gomes

O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES: As visões dos militares

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel e licenciada em História.

Aprovado em 19 de Dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira
(orientadora)

Prof. Dr. Antonio José Barbosa

Profa. Mestre Fabiana Francisca Macena

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, força que me move para realização de tudo na vida; aos meus pais, Sérgio e Izaura, que sempre me incentivaram e apoiaram em todos os momentos; à minha irmã Lorena; ao meu namorado João e ao meu grande amigo Leógenes.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar como é abordada e rememorada a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão fundado durante o Regime Militar brasileiro, a partir de perspectivas militares. Os livros sobre a memória militar – **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**, **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão e A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura** – organizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), serviram de fonte documental para o estudo por se constituírem de entrevistas com militares atuantes durante os anos em que o poder no Brasil esteve sob o comando das Forças Armadas entre 1964 e 1985. O trabalho utiliza a extensão do SNI para elucidar que um mesmo objeto de estudo pode ser caracterizado por diversas visões interpretativas, e chama a atenção para a necessidade de se buscar em diferentes fontes de informações o caminho para a construção de interpretações.

Palavras-chave: 1) SNI; 2) Regime Militar; 3) Memória; 4) Visões.

LISTA DE ABREVIACÕES

AI	- Ato Institucional
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
ASIs	- Assessorias de Segurança Interna
Cenimar	- Centro de Informações da Marinha
CIE	- Centro de Informações do Exército
CISA	- Centro de Informações da Aeronáutica
CPDOC	- Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil
DSIs	- Divisões de Segurança Interna
EMFA	- Estado Maior das Forças Armadas
ESG	- Escola Superior de Guerra
EsNI	- Escola Nacional de Informações
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
PAEG	- Plano de Ação Econômica do Governo
PNI	- Plano Nacional de Informações
SFICI	- Serviço Federal de Informação e Contrainformação
SNI	- Serviço Nacional de Informações
SISNI	- Sistema Nacional de Informações

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: capa do livro **Visões do golpe: a memória militar de 1964.**

Figura 2: capa do livro **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.**

Figura 3: capa do livro **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - O regime militar na memória dos militares.....	12
1.1. As características do regime.....	12
1.2. A descrição da trilogia.....	16
CAPÍTULO 2 - O Serviço Nacional de Informações.....	27
2.1. O SNI e suas atribuições.	27
2.2. As visões sobre o SNI na memória militar.....	31
CONCLUSÃO	39
FONTES E BIBLIOGRAFIAS	41

INTRODUÇÃO

Os militares sempre estiveram presentes nos acontecimentos e nas transformações do Brasil. Desde o império seu papel e importância foram demonstrados de forma ativa em inúmeros episódios da história brasileira, muitas vezes de forma decisiva para os rumos dos acontecimentos. Nessa relação entre o Brasil e sua força militar, o ano de 1964 demarca um fato de grande relevância: pela primeira vez os militares tornaram-se responsáveis pelo poder, agentes ativos nas tomadas de decisões.

Em nome da defesa do país, do combate ao comunismo, ou de tudo aquilo que era considerado subversivo, os militares estabeleceram-se no poder. Mantiveram-se ali sob o propósito de combater a corrupção e restabelecer a democracia, por fim, quando o país não estivesse mais sob os perigos das tais ameaças, o poder seria devolvido aos civis. Os governos militares perduraram por vinte e um anos no comando das decisões, e durante esse período a população brasileira viveu sob a égide castrense, submetida a restrições, controle e à repressão política.

Nesse contexto, parte daqueles que compartilhavam dos ideais comunistas se posicionaram contra o regime. O embate entre as duas forças caracterizou um marco quando se fala em regime militar no Brasil. Os métodos de combate à chamada subversão, e toda a experiência vivida nesses anos delongam discussões e despertam diferentes opiniões a respeito do ocorrido. Os militares, detentores do poder na ocasião, saíram vitoriosos do conflito armado, devolvendo o poder aos civis em 1985, após um paulatino processo de abertura.

Apesar da vitória no embate armado, os militares não se consagraram vencedores no registro da memória do período. Inúmeros são os relatos, estudos, publicações a respeito do que vivenciou a esquerda brasileira, se comparados aos registros militares. E foi no âmbito desse assunto que este trabalho se edificou.

Utilizando como fonte de pesquisa uma das raras obras a respeito do que se pode chamar de uma visão militar, o trabalho aborda o Serviço Nacional de Informações, com enfoque em seu funcionamento. Os livros sobre a memória militar que têm por título **Visões**

do Golpe: A memória militar de 1964¹, **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão**² e **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**³, foram organizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), e são compostos de entrevistas com personagens atuantes durante o período, caracterizando um dos poucos registros a respeito do que pensam os militares sobre os anos em que estiveram a frente do poder.

Coordenado por Maria Celina D'Áraújo, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro o trabalho traz em suas primeiras páginas o contexto histórico da época, delineando seu recorte temporal. Essa breve explanação situa o leitor na conjuntura que vivia o país, demonstrando as transformações ocorridas, a nova estrutura de governo montada, bem como a formação do aparato protetor para a manutenção do regime, e consequente cumprimento de seus objetivos. Além disso, a primeira parte do trabalho traz a descrição das obras utilizadas como fontes de pesquisa, e ressalta a importância do conhecimento desse tipo de registro a todos aqueles que querem construir uma opinião a cerca do tema e formular suas próprias interpretações.

O Serviço Nacional de Informações é o objeto de enfoque do trabalho. Escolhido dentre os diversos temas que se encontram explanados nas obras, o órgão foi selecionado pela sua amplitude e por seu papel de destaque quando se trata da estrutura de segurança nacional que sustentou o regime. Sua proposta inicial de órgão bem estruturado que serviria ao presidente expandiu-se, tornando-se o principal elemento da poderosa comunidade de informações, uma das armas do governo no combate a chamada subversão. Tal papel conduziu o órgão a uma posição passível de críticas, e o tornou emblemático e simbólico, quando se trata do regime militar no Brasil.

No estudo aqui proposto, busco descrever o que era o SNI, qual o seu objetivo inicial e o que se tornou com o decorrer dos governos militares. Para isso, remonto à criação do órgão, elucidando quais eram atribuições iniciais e como funcionou ao longo dos anos, de uma maneira geral. O trabalho também destaca como o SNI é comentado na trilogia sobre a memória militar. Procuro compreender a visão militar sobre a ação do órgão, como pensam

¹ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

² D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

³ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

pessoas que estiveram diretamente envolvidas em seu funcionamento, ou mesmo aquelas que não trabalharam nem tiveram papel de destaque no órgão, mas que foram personagens ativos na estrutura governamental montada a época.

A proposta do trabalho é contrapor a historiografia corrente aos relatos dos militares, mas não em detrimento de uma das partes. Busco fazer entender que não há uma verdade nos discursos de direita ou esquerda: eles são compostos por diferentes tendências, valores e experiências. O objetivo desse estudo não é escolher um lado e defendê-lo, mas sim demonstrar a necessidade e importância das diferentes visões na produção do conhecimento, entendê-las como válidas, e a partir de então compreender a relevância de se conhecer o outro para, inclusive, sustentar e embasar o próprio ponto de vista.

CAPÍTULO 1

1. O regime militar na memória dos militares

1.1. As características do regime

Ao resgatar parte da memória dos militares, Maria Celina D'Áraújo, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, nas obras **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**, **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão** e **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**, reuniram depoimentos de lideranças militares que participaram do golpe em 1964 ou apoiaram o regime militar entre 1964 e 1985. Os textos relatam a opinião castrense sobre o período da história brasileira em que o governo e as decisões do país estiveram sob comando dos militares. O estudo engloba temáticas relacionadas ao golpe, à repressão e à abertura ao Estado democrático de direito. Nesse sentido, buscam elucidar perspectivas raras vezes expressas e fontes de informações pouco conhecidas, mas que são de grande importância para quem busca compreender os vinte e um anos de governos militares.

A conjuntura internacional do período remonta ao agravamento da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, devido aos conflitos regionais no seio do processo de descolonização e à revolução cubana. Após a crise dos mísseis de Cuba em 1962, a guerra fria sofre uma distensão ou relaxamento dos conflitos entre os dois países, marcada por acordos de paz e controle da tecnologia nuclear. (VAISSE, 1996, pp. 57-128)

No Brasil, os rumores de tendências socialistas deram margem à ação de uma força política que, mesmo se colocando contra o governo constitucionalmente instituído, realizou um golpe de Estado que tinha como uma de suas características discursivas a salvaguarda da democracia. O golpe de 1964 demarcou o início do que se entende como um regime autoritário⁴ no Brasil. O movimento político-militar de 31 de março, que tinha por finalidade, aparentemente, resguardar o país da corrupção e do comunismo, bem como restaurar a democracia, contou com o apoio de setores da sociedade civil para a tomada do poder.

⁴A autora Maria Helena Moreira Alves discute em seu livro **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, a contradição entre as declarações que expunham a necessidade de reforçar a democracia, restabelecer a legalidade e a necessidade de repressão, que se fazia cada vez mais presente na doutrina do Estado de Segurança Nacional. “A combinação entre os interesses econômicos da aliança de classes que apoiou o golpe combinaram-se com elementos desta doutrina para impor ao Estado um caráter autoritário” (MOREIRA ALVES, 2005, p. 64).

Os setores e as instituições mais conservadoras, como por exemplo, os empresários e banqueiros, a igreja católica, os militares e parcelas expressivas da classe média, preocupavam-se com os discursos em defesa das reformas sociais e as ações políticas dos grupos de esquerda que vinham se manifestando em diversas esferas da sociedade brasileira. A oposição conservadora, civil e militar, foi incentivadora de medidas que contivessem esses ideais, transformou o presidente João Goulart em risco ao Brasil e o golpe foi efetivado. (VIEIRA, 2000, pp. 190-192)

O novo regime que se consolidou tinha à sua frente as forças militares. Os cargos de comando do governo ficaram sob a responsabilidade dos representantes das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), e o novo governo modificou as instituições do país através dos chamados Atos Institucionais (AI) ⁵, que formariam a estrutura do Estado. Esses Atos davam maior autoridade ao poder Executivo e reduzia o campo de atuação do Congresso Nacional. Uma das características do regime militar brasileiro a época foi que, se por um lado os princípios da democracia eram violados continuamente se aproximando de um Estado de exceção, por outro, manteve instituições democráticas em funcionamento, tais como a existência de partidos políticos e o Congresso Nacional, assumindo assim uma feição de normalidade republicana. (MARTINS, 1984, p. 14)

A busca dos novos agentes do poder era por evitar uma ditadura clássica, baseada na figura de um único ditador, autoritário e soberano. O chamado Estado de Segurança Nacional foi criado para assegurar a ordem determinada e imposta pelos novos governantes, e se efetivaria por intermédio de uma série de novas instituições, leis e regras. As normas que tangiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias e eram justificadas como decurso do “exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”, como relata o texto do primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. ⁶

Proteger o país da influência comunista tornou-se ordem para os operadores do regime militar, e todo o aparato governamental foi reestruturado e modelado de maneira a cumprir esse objetivo. Durante os anos em que os militares permaneceram no poder era propagada a

⁵ De acordo com o **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, Atos Institucionais são definidos como “normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 Atos Institucionais, que, regulamentados por 104 Atos Complementares, conferiam alto grau de centralização à administração e à política do país” (**Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, 2001, v. 1, pp. 418-422).

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 31/10/2011.

ideia de que essa era a melhor solução para a nação em risco, visto que a principal ameaça ao país não vinha de fora e sim de brasileiros chamados inimigos internos⁷. Para os militares, esses inimigos tinham a ideia de implantar o comunismo pela via revolucionária e através da subversão.

As transformações ocorridas no regime de exceção destinavam-se a combater o que era considerado subversivo. Em consequência disso, foram cassados mandatos de deputados, senadores, governadores, prefeitos, militares, desembargadores, embaixadores e funcionários públicos. Os inúmeros partidos políticos da época foram extintos, e dois novos partidos foram criados pelas regras do Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de 1965.⁸ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o partido da situação que apoiava o governo em suas decisões e constituía sua base parlamentar no Congresso Nacional. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era uma oposição dentro do Congresso, mas estruturada de maneira a não colocar em risco o Estado de Segurança Nacional, por esse motivo era caracterizada na época como uma espécie de “oposição leal e ordenada” (MOREIRA ALVES, 2005, p. 10).

O controle das informações constituiu um aparato importante na estrutura do governo. No ano de 1964, após o golpe, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) objetivando auxiliar o presidente da República a orientar e coordenar as atividades de informação. Segundo o **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, o Serviço Nacional de Informação designa o “órgão da presidência da República criado em 13 de Junho de 1964 pela Lei nº 4.341 com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contra-informação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional”. (**Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, 2001, p. 5.366). O Serviço Nacional de Informações (SNI) nasceu, portanto, menos de três meses depois do golpe de 64 e inaugurou a chamada “comunidade de informações”. (FICO, 2003, pp. 175-181) Esse serviço espalhou-se por toda a sociedade e sobre os aparelhos do Estado, tornou-se amplo e diversificado, e as consequências de suas atividades rígidas ajudaram na formação do discurso comumente disseminado quando se fala em Regime Militar no Brasil.

⁷ De acordo com Maria Helena Moreira Alves em **Estado e oposição no Brasil 1964-1984**, o termo “inimigo interno” advém da doutrina de guerra ensinada pelos norte-americanos, e que serviu de base para o regime militar instituído no Brasil a partir de 1964. O comunismo era considerado o inimigo interno, no caso brasileiro (MOREIRA ALVES, 2005, p. 48).

⁸ Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>. Acesso em 02/12/2011.

Inúmeras foram as mudanças ocorridas no país sob comando dos militares, inclusive sobre as bases econômicas. Através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o regime obteve um crescimento na arrecadação de impostos, devido ao melhor funcionamento do aparelho coletor da máquina do Estado. As leis e medidas, bem como as exigências burocráticas eram criadas caso fosse necessário, isso tudo a fim de manter a ordem e tudo aquilo que os militares acreditavam ser melhor para o país. As décadas de 60 e 70 resultaram num grande crescimento econômico do Brasil, pois, dentre outras razões, o regime autoritário garantia as decisões dos ministros ao tomarem medidas e agirem sob a classe trabalhadora, sem grandes reações ou resistências.⁹

Quando se fala em regime militar no Brasil, o período é rememorado como anos marcados pela ausência de liberdades, pelas restrições e pela autoridade que foi imposta à sociedade. Esse pensamento é reflexo de uma época em que a maneira militar de agir, inerente a sua conduta e princípios, entrou em choque com os grupos de esquerda, influenciados pela Revolução Cubana e pelas guerrilhas que surgiram em vários países da América Latina. A luta armada, nome pelo qual ficou conhecido o embate entre o regime civil-militar e os setores da esquerda no Brasil, reforçou a chamada linha-dura militar criando e aprimorando instrumentos para combater os subversivos.

Passados vinte e um anos de governos militares, e após um longo período de transição, o poder foi devolvido aos civis no Brasil, no ano de 1985. Com a volta da democracia, da liberdade de imprensa e ausência das imposições do regime de exceção, outra batalha volta a se travar: os ex-militantes da esquerda brasileira esforçam-se por manter em voga a memória e o recordar dos anos 60 e 70, enquanto para grande parte dos membros da corporação militar a melhor maneira de lidar com a situação seria através do silêncio¹⁰.

⁹ A respeito desse assunto o texto de Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973), traz informações sobre as reformas econômicas ocorridas no Brasil após o golpe de 1964. Os autores mostram os projetos e mudanças que tinham por base estratégias defendidas por liberais, destacando as condições internas e externas do crescimento econômico ocorrido no Brasil (PRADO e EARP, 2007, pp. 207-241).

¹⁰ O artigo Memória, esquecimento, silêncio, de Michael Pollak, discute a questão da disputa da memória coletiva e das razões complexas do silêncio em face de experiências delicadas, traumáticas. In **Estudos Históricos**, v. 2, nº. 3, 1989. Ver <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>. Acesso em 02/12/2011.

A ideia que se propaga entre o meio militar é que a esquerda vence na batalha da memória do período o que perdeu no embate armado¹¹. Nos depoimentos dos três livros em foco nota-se o desconforto por parte de muitos depoentes a despeito da imagem militar disseminada constantemente através das biografias, autobiografias ou quaisquer publicações produzidas por representantes das esquerdas.

As obras utilizadas têm como pano de fundo esse intervalo de tempo sob o comando dos militares. Os temas suscitados envolvem questões pouco mencionadas ou explicadas por um viés militar, o que desperta curiosidades e torna a leitura interessante àqueles que buscam conhecer o outro lado para enfim obterem mais subsídios e elaborar suas conclusões.

1.2. A descrição da trilogia

As obras utilizadas como fonte de pesquisa são de organização do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas¹². O Centro, criado em 1973, possui um acervo documental de grande importância para a história recente do Brasil. Desde o seu início, o CPDOC vem desenvolvendo linhas de investigação que servem de norte e identidade ao seu grupo de pesquisadores.

As Elites políticas, a História institucional e o Pensamento social brasileiro são áreas de interesses mantidas tanto por escolha dos próprios pesquisadores do Centro, quanto por projetos institucionais auxiliados pelas agências de financiamento. Nesse âmbito, as áreas de interesse dão margem ao desenvolvimento de outros recortes de pesquisas como, por exemplo, os militares, que são elucidados nesse estudo.

O CPDOC possui um conjunto documental que pode ser considerado o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, sendo que muitos desses materiais

¹¹ Pode-se encontrar uma abordagem sobre essa temática no artigo A guerra da memória: A ditadura militar no discurso de militantes e militares. O autor, João Roberto Martins Filho, analisa as memórias dos protagonistas oriundos tanto da esquerda quanto das Forças Armadas, para expor a continuidade do embate político do período (MARTINS FILHO, 2002, p. 178-201).

¹² As informações sobre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil foram obtidas através do site: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em 31/10/2011.

foram obtidos através de doações. Dentre as realizações da instituição pode-se destacar também o Programa de História Oral, iniciado em 1975. Objetivando registrar a história contemporânea brasileira, o programa reúne depoimento de personalidades do cenário nacional.

Os livros sobre a memória militar – **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**, **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão** e **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura** – são constituídos basicamente de entrevistas com agentes de papéis fundamentais para o funcionamento do sistema criado a partir de 1964. As obras são frutos de um projeto que tinha por objetivo fazer com que os próprios militares relatassem as experiências vividas durante o Regime Militar e que, também, pudessem expor que tipos de sentimentos nutrem por tal experiência.

O projeto da coleta de informações para a formação de uma memória militar foi iniciado em 1991. As entrevistas com 17 militares, inclusive mais de uma vez com alguns deles, resultaram em mais de 100 horas de fitas gravadas, documentadas e de posse do CPDOC com a permissão dos depoentes. Os depoimentos foram apresentados nas referidas obras, sendo que **Visões do Golpe: A memória militar de 1964** e **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão** chegaram ao mercado editorial em 1994, e **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura** em 1995. Segundo a afirmação dos próprios organizadores, as publicações devem se converter em uma *fonte de pesquisa*, por oferecer possibilidades de novas reflexões sobre os temas elencados. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994b, p. 9)

O conjunto de depoimentos expõe diretamente a opinião dos próprios militares sobre o desempenho de seus papéis, tecendo críticas, elogios, demonstrando suas ideias, de uma maneira poucas vezes vista sobre sua atuação no poder. Em cada entrevista questões similares foram levantadas, envolvendo temáticas que se afiguravam de ordem prioritária para os entrevistadores. A intenção era obter ao fim um painel de respostas sobre os assuntos relevantes referentes ao golpe, à repressão e à abertura política. As colocações resultaram em interpretações variadas em foco e intensidade, apesar de serem em sua maioria produtos de um mesmo questionamento por parte dos organizadores.

Os organizadores das obras são também autores dos importantes textos introdutórios de cada uma dos volumes, que nos ajuda a compreender a abordagem e a fonte oral. Maria

Celina D'Araújo possui doutorado em Ciências Políticas pelo IUPERJ, foi pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, além de professora de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora do departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem trabalhado partidos políticos, sindicatos, Era Vargas, Forças Armadas e novas democracia na América do Sul.¹³ Gláucio Ary Dillon Soares é doutor em Sociologia pela *Washington University*, St. Louis, foi professor do IUPERJ e da Universidade de Brasília, e pesquisador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes. Atualmente é pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ e se dedica aos estudos da violência, democracia e regimes ditatoriais.¹⁴ Celso Castro fez doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; é pesquisador e atual diretor do CPDOC da Fundação Getulio Vargas. Pesquisa principalmente sobre os militares na sociedade e na história brasileiras.¹⁵

Segundo os organizadores, a intenção da trilogia não é julgar ou sequer condenar os acontecimentos do regime militar, mas sim trazer uma série de pontos de vista de militares, até mesmo sobre questões muitas vezes mantidas em silêncio, para que os leitores possam tirar suas próprias conclusões. As respostas trazem interpretações livres e subjetivas dos depoentes. Os materiais frutos do projeto constituem uma mostra de que os militares não eram detentores de um pensamento homogêneo, muito menos de um projeto político igualmente desejado por todos. Muitas eram as correntes de pensamentos que coexistiam no interior das Forças Armadas. Assim sendo, estudar os militares a partir de suas próprias visões torna-se um instrumento de grande valor para futuras pesquisas e compreensão do regime.

O intuito dos organizadores dos livros foi, além de contribuir de maneira significativa a novas interpretações, fazer com que os militares fossem eles mesmos parte na explicação do regime, de seu início ao fim.

¹³ Disponível em <http://mariacelina.daraujo.net> Acesso em 02/12/2011.

¹⁴ Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793517D2> Acesso em 02/12/2011.

¹⁵ Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782285J8> Acesso em 02/12/2011.

O primeiro livro, que tem por título **Visões do golpe: A memória militar de 1964**, foi publicado pela primeira vez em 1994 pela editora Relume Dumará. Após edição esgotada durante anos foi relançada em 2004 pela editora Ediouro. Este trabalho enfatiza o início do regime militar, delineando sua instauração de uma maneira geral. Para isso, reúne parte de um material obtido através de depoimentos concedidos ao CPDOC, em sua maioria depoimento de militares que não tiveram papel de comando ou liderança nos preparativos do golpe, mas que foram de fundamental importância para que o novo regime fosse realizado e mantido.

O livro traz em suas 259 páginas, além das entrevistas realizadas com 12 oficiais militares participantes da articulação do golpe, um texto introdutório de produção dos organizadores, que busca contextualizar o leitor com os temas e o período a serem abordados na primeira parte da trilogia. Traz também a cronologia sumária do movimento de 1964 e da instauração do regime, bem como indicações biográficas e índice onomástico.

Contribuindo para o entendimento cronológico do que diz respeito cada volume, a capa do primeiro livro retrata a imagem do presidente Humberto Castelo Branco desfilando em carro aberto, junto com outros militares. É possível perceber, ainda, a população ao fundo, que, naquele tempo apoiava e creditava o regime. O primeiro presidente do regime militar brasileiro instaurado é mencionado como um dos líderes do movimento que culminou no golpe de 1964. Castelo Branco, segundo depoimentos do livro, só foi cooptado a um dos grupos conspiratórios, aquele visto como “intelectualizado”, pouco antes do golpe. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 17) Os depoimentos coincidem ao dizer que a escolha de Castelo Branco ao cargo teve apoio político e foi bem aceita pela maior parte das Forças Armadas.

As entrevistas abordam a perspectiva militar a respeito dos motivos que levaram ao golpe, de que maneira ele se organizou e como foram os primeiros anos até que tomasse a feição repressiva característica do regime. Sob esse ponto, as entrevistas demonstram que, em sua maioria, os militares não acreditam numa organização e conspiração únicas. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 14) Em muitos casos o apoio civil ao movimento é citado, e nota-se inclusive um ressentimento por parte dos militares, que tiveram sua imagem atrelada a uma conotação negativa e culposa, como se fossem os únicos responsáveis pela ação.

Para eles o movimento foi produto de ações dispersas e isoladas. A violação dos princípios da hierarquia e da disciplina, que vinham mostrando-se correntes, era uma questão

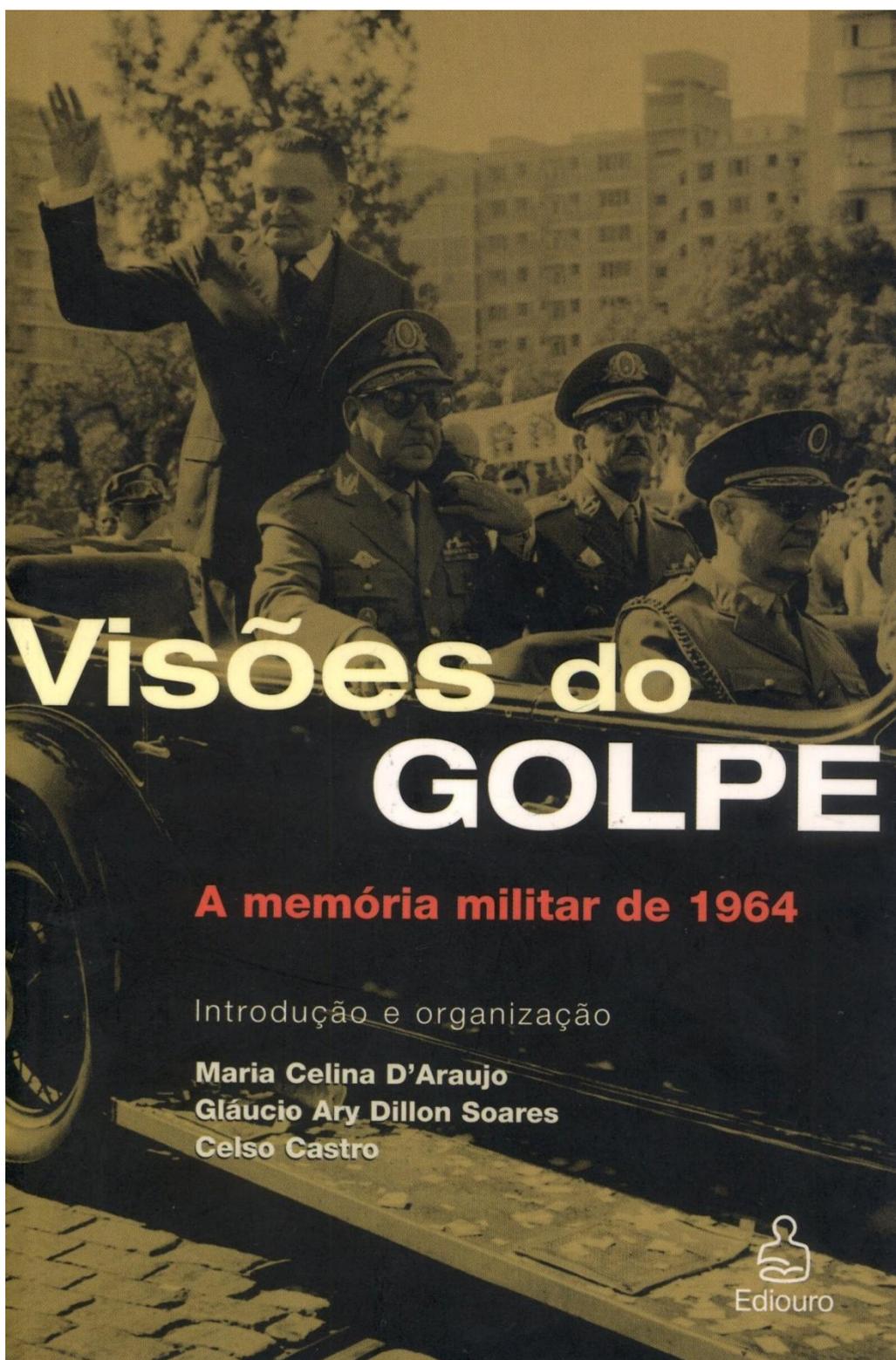


Figura 1: capa do livro *Visões do golpe: a memória militar de 1964*.

grave e o presidente João Goulart não dava sinais de que se opunha à quebra desses princípios. Sem o cumprimento dessas regras a instituição militar da maneira que é conhecida deixaria de existir. Atrelado a essa crise nos princípios militares encontra-se o sentimento de autodefesa. Muitos militares acreditavam que um golpe de esquerda vinha sendo programado na forma de “república sindicalista” ou “república popular”. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 12) Essa perspectiva tende a transformar o episódio de 1964 em um contragolpe.

O livro expõe, de uma maneira geral, outra perspectiva sobre o regime instaurado. Contrapondo-se à visão corrente de que o golpe seria resultado de um grandioso projeto conspiratório muito bem articulado, que envolvia não só os empresários nacionais e os militares, mas também os interesses econômicos internacionais, muitos depoentes asseveram a ausência de organização e projetos específicos.

Segundo a opinião militar dominante, o motor dos acontecimentos seriam a incerteza e as inquietações que se propagaram nas corporações. O golpe era entendido como uma ação contra o “perigo” comunista, e não a favor de plano de governo pré-estabelecido. A tomada do poder governamental era o objetivo, o que seria feito dele era uma questão para depois e resultaria do próprio caminhar dos acontecimentos. A duração do regime é muitas vezes associada a essa falta de um projeto e, segundo depoimentos, os militares eram vistos como a melhor alternativa para se “consertar” o país, por esse motivo permaneceriam no poder enquanto fosse necessário.

Ainda na busca por uma visão dos próprios militares a respeito do regime encontra-se o segundo livro da coleção, intitulado **Os anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão**. Nessa obra é abordado um dos temas mais delicados e polêmicos quando se trata de regime militar: O funcionamento dos órgãos de informação e repressão política.

O livro publicado em 1994 possui 326 páginas que se distribuem entre um texto introdutório de título “Rompendo o pacto do silêncio”, com 24 páginas; os depoimentos de 12 oficiais sobre o período de maior repressão do regime militar brasileiro; a cronologia política dos anos de 1967 a 1974; um glossário de siglas, visto que esse volume aborda inúmeras instituições, departamentos e afins; além de um índice onomástico.

Na capa encontra-se a imagem de Emílio Garrastazu Médici passando em revista a tropa. A imagem é composta apenas em cores vermelha e preta, em uma possível alusão ao sangue

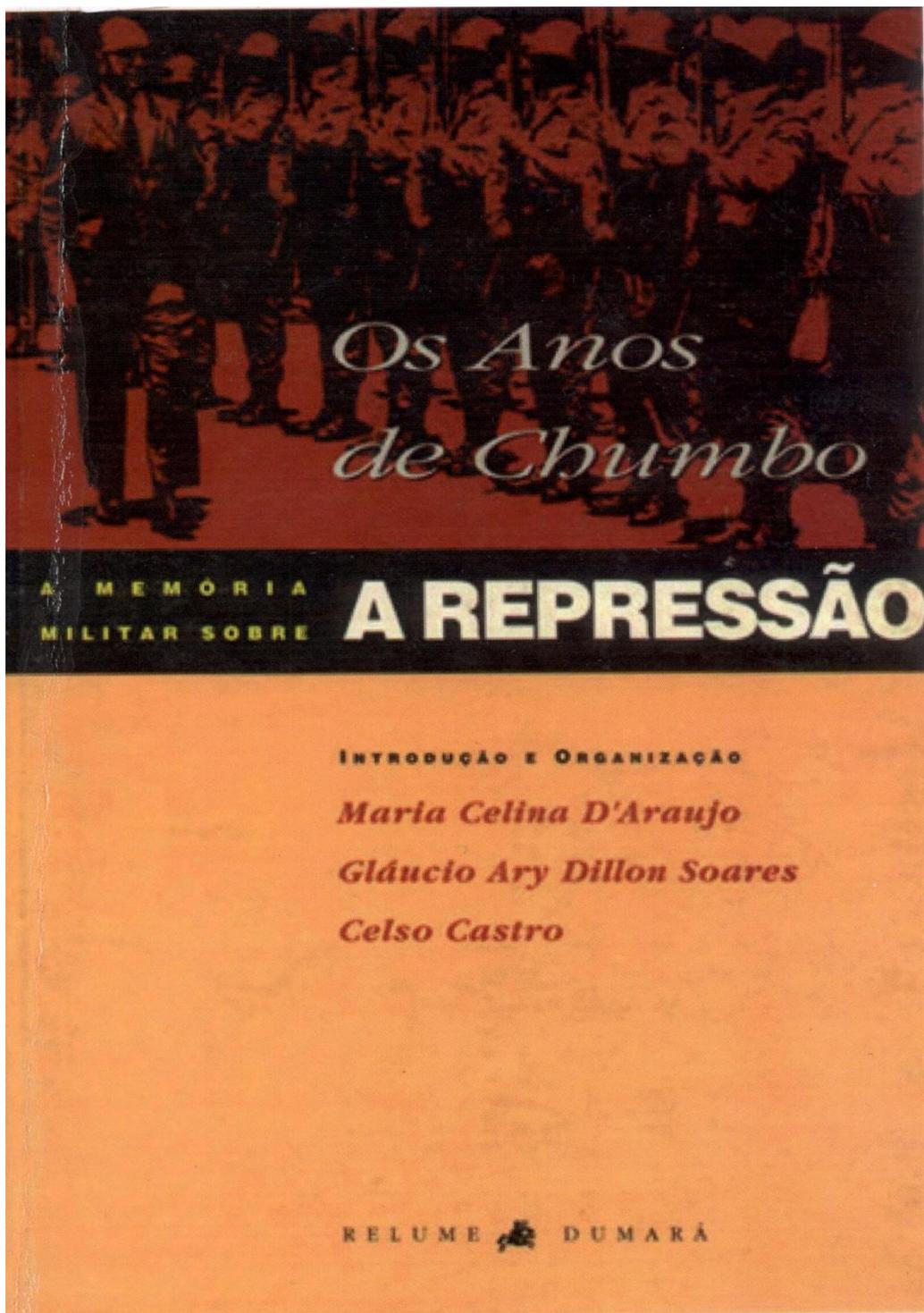


Figura 2: capa do livro Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.

derramado e ao terror causado por parte do governo para com a sociedade. A imponência do presidente perante sua tropa remete à sua imponência perante a sociedade, que é muito bem representada, na capa, pelos militares, denotando o processo de subserviência pelo qual grande parte desta passou com o decorrer dos governos.

As entrevistas dessa obra, seguindo uma ordem cronológica, compreendem o início do regime militar instaurado com o golpe em 1964, seguem pelas transformações trazidas com o Ato Institucional nº. 5 (AI-5) em 1968, e prolongam-se até 1974 quando da vitória dos militares na chamada “guerrilha do Araguaia”. Essas abordagens correspondem ao período em que os órgãos de informação e repressão foram criados e sua atuação, bem como a derrota por parte dos grupos de esquerda, engajados na luta armada em oposição ao regime vigente.

O tema abordado se liga diretamente à construção do Estado de Segurança Nacional¹⁶. Esse sistema correspondia à tentativa da engenharia política dos governos militares de combater o “inimigo interno”, termo que designava na visão dos militares os cidadãos favoráveis às propostas socialistas e comunistas e que se opunham ao regime. Repressão política e Segurança Nacional constituíram lados complementares do processo que marcou a história do regime militar brasileiro.

Após o golpe de 1964, os militares preocuparam-se com a criação de órgãos de informações eficientes, uma vez que a precariedade das informações foi apontada como um dos motivos para a vitória dos conspiradores contra João Goulart. Os alvos principais desses órgãos eram os chamados “inimigos ideológicos” e os partidários da luta armada. A forma de combatê-los era a censura, repressão política e tortura. Os governos militares não foram os primeiros a empreender na história do Brasil esse tipo de força no combate a oposições. O que tornou diferente o episódio foi a forma como se realizou: Essa foi a primeira vez que as Forças Armadas estiveram diretamente envolvidas com a repressão política, detendo o “monopólio da coerção político-ideológica” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 10).

As entrevistas que formam a obra apresentam muitas visões acerca do tema. Quando o assunto envolve os objetivos, a atuação e os resultados dos órgãos de segurança, o livro não traz uma construção homogênea que possa ser inferida dos acontecimentos, mas sim uma série de opiniões e abordagens de atores e coadjuvantes do processo. Além das opiniões

¹⁶ A autora Maria Helena Moreira Alves, em **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, discute a construção do Estado de Segurança Nacional, institucionalizado e disseminado pela Escola Superior de Guerra (ESG). (MOREIRA ALVES, 1989, p. 52-79)

diversificadas por parte dos militares, sob muitos aspectos encontra-se uma predisposição em pensar o passado como algo que não deve ser remexido, lembrado (MARTINS FILHO, 2002, pp. 178-201).

Apesar dos diferentes discursos, dois pontos podem ser considerados consensuais nas entrevistas do segundo volume sobre a memória militar. O primeiro refere-se à existência de uma “guerra suja”. Para eles esta guerra teria se iniciado pelos guerrilheiros da esquerda revolucionária, e a partir de então surgiu a necessidade de uma reação da corporação para defender o governo. Outro ponto de consenso diz respeito à relação da imprensa e opinião pública com os militares. Para muitos castrenses elas foram injustas e mal informadas quanto à atuação das Forças Armadas: Que tinham a responsabilidade de tomar medidas autoritárias devido à “natureza revolucionária” que vivia o país.¹⁷

O terceiro e último livro da coleção, que se chama **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura** e segue o mesmo estilo de entrevistas dos demais, através delas são abarcados temas a respeito do fim do Regime Militar.

O livro é composto de 328 páginas, dentro das quais é elencada a cronologia política de 1974 a 1985. Possui índice onomástico e sua primeira e única edição é datada de 1995, pela editora Relume Dumará. O recorte temporal corresponde à abertura política iniciada pelo governo do presidente Ernesto Geisel e concluída no fim do governo Figueiredo, quando da transmissão do poder a um presidente civil. A capa expõe a imagem com três personalidades: O presidente Geisel, um dos responsáveis pelo projeto da abertura lenta, gradual e segura do governo e o seu executor, Golbery do Couto e Silva. O terceiro personagem da foto que está de costas para a câmara é o então chanceler Azeredo da Silveira.¹⁸ A imagem sugere uma conversa acerca de um acordo entre o presidente e políticos da época.

¹⁷ Na introdução do livro **Os anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão** os autores demonstram que nos depoimentos do primeiro volume da obra os pontos de vista são bastante diversificados. Apesar disso, pode ser considerado como ponto consensual a ideia de que as atitudes tomadas pelos militares à época foram reativas e explicadas pelo caráter de exceção em que se encontrava o país. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 12)

¹⁸ Interessante observar que, após pesquisa sobre a fotografia de Luís Humberto Martins, antigo fotógrafo da Editora Abril e professor aposentado da Universidade de Brasília, encontrei uma imagem onde estas três personalidades estão em uma posição muito parecida, mas entre o presidente Geisel e o chanceler Azeredo da Silveira também está o general Hugo Abreu, chefe do gabinete militar do governo Geisel entre 1974 e 1978. A fotografia com os três generais e um civil foi publicada na revista *Veja* em 1978. Desconheço a razão da retirada da figura do general Hugo Abreu da ilustração de capa da obra **A volta aos quartéis: A memória militar sobre a abertura**. Ver <http://umacapitalentrieroemanaus.blogspot.com/2009/03/cacas-e-cacadores.html>.

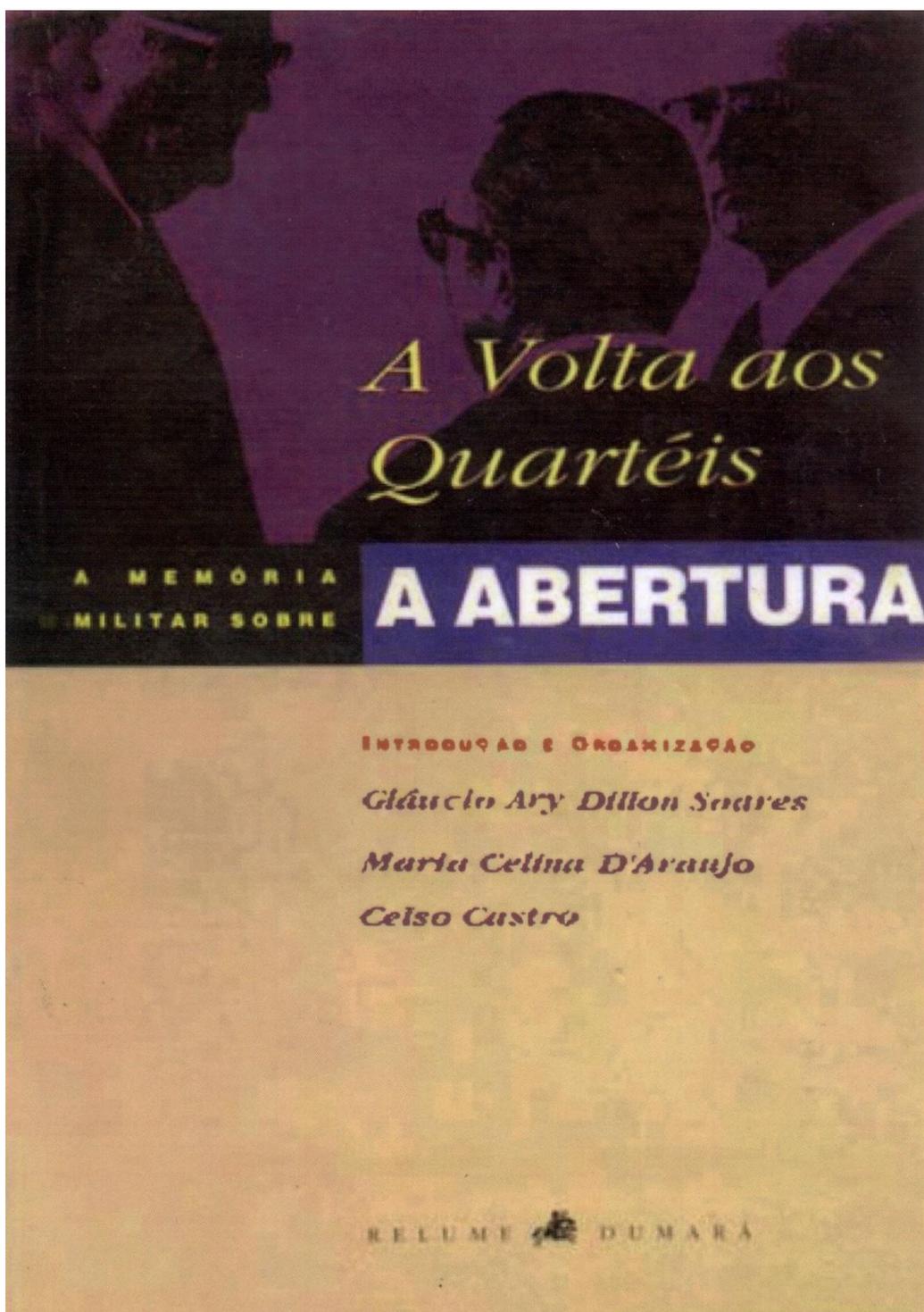


Figura 3: capa do livro *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*.

A passagem do poder foi precedida por episódios obscuros. Caracterizou-se como um longo processo, constituído por muitas marchas e contramarchas. As entrevistas desse último livro tocam em temas específicos como, por exemplo, a reação da “linha dura” à demissão do ministro do Exército, Silvio Frota, no ano de 1977, bem como ao atentado ocorrido no Riocentro. Sendo assim, o livro traz novos dados sobre os acontecimentos e alguns depoimentos demonstram ambiguidades, caráter dúbio e contradições.

A trilogia, em suma, contém depoimentos concernentes a todo o período em que os militares estiveram à frente do poder. O objetivo foi trazer novos dados e fontes para compreensão do golpe de 1964, do regime que perdurou por vinte e um anos e, também, sobre a forma que se realizou a “volta aos quartéis”.

CAPÍTULO 2

2. O Serviço Nacional de Informações

Os livros sobre a memória militar trazem inúmeros temas e acontecimentos desencadeados ao longo do regime militar brasileiro iniciado com o golpe de 1964. Dentre as temáticas abordadas e discutidas na trilogia, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi escolhido para um estudo mais detalhado de seu papel, suas funções e do que representou para o Brasil. Neste capítulo também será abordado de que maneira esse Serviço de grandes proporções foi comentado pelos militares entrevistados nas obras.

2.1. O SNI e suas atribuições

O Serviço Nacional de Informações foi criado no dia 13 de junho de 1964 através da Lei nº. 4.341. O órgão vinculado à Presidência da República foi uma das primeiras medidas tomadas para a institucionalização do novo Estado, e tinha por finalidade “superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e de contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”¹⁹.

Antes da criação do SNI, desde meados da década de 1940, os responsáveis pelas atividades de informações no Brasil eram a 2ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), os Estados-Maiores dos ministérios militares, bem como as seções de segurança nacional dos ministérios civis – órgãos complementares ao chamado Conselho de Segurança Nacional. Subordinado a esse Conselho, foi criado também o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), através do Decreto nº 97.775, de 6 de outubro de 1946. (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 5.366)

¹⁹ Texto da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em 06/11/2011.

O movimento cívico-militar que culminou com a tomada do poder, em março de 1964, provocou uma reformulação nos órgãos de segurança do país, e em maio do mesmo ano o então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco defendeu a criação do Serviço Nacional de Informações. O órgão foi criado para assessorar o presidente da República nos temas relacionados às atividades de informação e contrainformação no que se referia aos ministérios, aos serviços estatais e paraestatais, coordenando e orientando, avaliando e integrando as informações provenientes destes.

A oposição manifestou-se contra a criação do órgão através de acusações e críticas. O presidente combatia afirmando que o SNI fora criado para que o governo se mantivesse bem informado a respeito do que acontecia no país. Para ele, o órgão era uma “ampliação autônoma do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação, que operava desde antes de 1964, adjunto ao Conselho de Segurança Nacional” (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 5.415).

O SNI foi estruturado de maneira que contava com uma agência central instalada no Distrito Federal e agências regionais criadas em alguns Estados da Federação. Além disso, foi incorporado à sua estrutura, como agência regional com sede no Rio de Janeiro, o Serviço Federal de Informação e Contra-informação (SFICI) que havia sido criado no final do governo de Juscelino Kubitschek. O SFICI ganhava com essa integração mais autonomia e uma maior amplitude.

Em 1970 foi criado o Sistema Nacional de Informação (SISNI), composto por todos os órgãos de informações dos ministérios civis e militares e tinha como principal órgão o SNI. O SNI por sua vez contava com a agência Central, as agências regionais espalhadas pelo Brasil: as Divisões de Segurança Interna (DSIs) nos ministérios e as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) em outros órgãos públicos.

A comunidade de informações²⁰ que se formou dispunha, além do SNI, dos Centros de Informações do Exército (CIE), da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (CISA), parte da Polícia Federal, das divisões de informações ministeriais, das delegacias estaduais de Ordem Política e Social, bem como dos serviços de informações das polícias militares. (GASPARI, 2002, p. 158)

²⁰ Termo utilizado é explicado por Elio Gaspari no livro **A ditadura envergonhada**, 2002, p. 158.

Nesse contexto da segurança nacional que norteou todo o período do regime militar brasileiro, o Serviço Nacional de Informações foi criado, se desenvolveu e contribuiu para a formação do aparato de informações na ordem institucional estabelecida.

A chefia do SNI usufruía dos méritos de um ministro de Estado, e o primeiro a ocupar esse cargo a frente do novo órgão foi seu próprio idealizador: Golbery do Couto e Silva. O primeiro chefe, que se referia ao órgão como “Ministério do Silêncio”²¹, manteve-se no cargo no período de 13 de junho de 1964 a 15 de março de 1967.

O General Golbery do Couto e Silva, que obteve a patente de Oficial General após a reserva do serviço militar, ficou conhecido pela sua atuação na área da informação. Mentor do Serviço Nacional de Informações, Golbery já demonstrava interesse pelo assunto antes mesmo do golpe de 1964. Em 1952, como adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) encontrou espaço para disseminar suas ideias na nova função:

Golbery encontrou condições favoráveis para impulsionar suas teses, que condicionavam à segurança nacional o êxito de um projeto global de desenvolvimento, em cujas tarefas o Estado deveria associar-se à iniciativa privada mediante o apoio intermediário de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de ‘objetivos nacionais permanentes’. Essas teses depois vieram a constituir-se na essência do programa da ESG. (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2001, p. 5.413)

Em 1961 o General Golbery esteve à frente do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado por líderes empresariais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesse Instituto foram recolhidos inúmeros documentos, tais como fichas e dossiês, posteriormente levados ao SNI, constituindo-se como um núcleo da memória do serviço. A coleta de informações foi se transformando cada vez mais em uma grande estratégia para manter o que se entendia como segurança interna do país.

Para se compreender os motivos da criação do Serviço Nacional de Informações, sua forma de atuação e quais foram as consequências de suas atividades nos rumos da história brasileira, é preciso que se entenda o que foi a chamada Doutrina de Segurança Nacional.

²¹ O **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, página 5.415, traz a informação ao mencionar a Lei nº 4.341 de criação do órgão, que determina estar o SNI isento de divulgar ou publicar a respeito de sua organização, seu funcionamento e efetivos.

Originária dos Estados Unidos, essa Doutrina foi criada no contexto da guerra fria em que o mundo encontrava-se polarizado. Sua concepção de guerra permanente forneceu base para a formação de um Estado forte, para imposição de uma determinada ordem social e moldou todo o aparato governamental na busca da segurança e preservação da ideologia capitalista em oposição à comunista.

Essa Doutrina buscou colocar a sociedade na situação de uma guerra interna, no combate a tudo aquilo que é considerado subversivo. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional funcionou como uma espécie de justificativa ideológica para a tomada do poder pelos militares e para a modificação no relacionamento entre o Estado brasileiro e as estruturas sociais, culturais e políticas. Além disso, a Doutrina também representou novas especificações para a função das Forças Armadas no processo político. Diferentemente do que já tinha realizado em outros episódios da história brasileira, os militares permaneceram como dirigentes do poder por 21 anos.²²

Maria Helena Moreira Alves analisa a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento articulada no Brasil. Formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) com o auxílio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), caracterizava uma série de teorias, diretrizes e metas no sentido de coletar informações, desenvolver estratégias de infiltrações e planejar programas governamentais. Segundo a autora, a responsabilidade pelo controle das atividades consideradas subversivas deu condições ao Estado de agir da maneira que lhe conviesse e dotou as Forças militares de poderes no combate ao inimigo. A segurança interna do país é justificada pelo Estado de Segurança Nacional.²³

Seguindo essa mesma perspectiva, o aparato jurídico do Estado foi estabelecido pelo primeiro Ato Institucional (AI-1), mas o SNI representou a primeira forma legal de aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Para a autora, o SNI representou uma espécie de “agência de espionagem dos cidadãos” (MOREIRA ALVES, 2005, p. 87). Independente das ideias iniciais, a busca pela segurança total e a dinâmica do sistema acabaram por transformar

²² Sobre o assunto, o autor Nilson Borges, no texto **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**, analisa o papel das Forças Armadas em diferentes episódios da história do Brasil, e descreve de que maneira a Doutrina de Segurança Nacional modificou esse papel durante o regime militar.

²³ Sobre o assunto Maria Helena Moreira Alves, no livro **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**, faz uma discussão sobre a construção do Estado de Segurança Nacional muito pertinente.

todas as pessoas em potenciais inimigos, sujeitos à desconfiança. O chamado inimigo interno não estava isolado sob a perspectiva desse órgão.

Carlos Fico também afirma que “os agentes de informação interpretavam a seu modo a chamada ‘doutrina’ de segurança nacional e traduziam em um jargão o pensamento político radical de direita” (FICO, 2007, p. 180). De acordo com o autor, qualquer atitude poderia ser transformada em suspeita, pois se partia de uma ideia de universalização, em que todos poderiam ser culpados de promover a subversão, corrupção ou conspiração.

2.2. As visões sobre o SNI na memória militar

Inúmeros são os estudos e escritos a respeito dos idos de 1964. As instituições, os órgãos e os acontecimentos foram objetos de avaliação, e nesse sentido nota-se uma gama de interpretações ligadas às esquerdas, enquanto que, pouco se tem sobre o que pensam e falam os militares sobre a experiência por eles vivida.

Dentro da estrutura de governo militar o Serviço Nacional de Informações também foi alvo de estudo e interpretações das inúmeras historiografias de esquerda. Por seu status de órgão central e pelas funções que desempenhava, costuma-se caracterizar o SNI como um órgão severo, ligado à tortura, julgamentos e prisões. Contudo, outra visão é contextualizada na trilogia sobre a memória militar, onde são encontrados relatos daqueles que vivenciaram atos e fatos relativos ao órgão.

A partir dos relatos feitos por militares que estiveram presentes, enquanto na chefia de cargos de comando do sistema, é possível elucidar outra maneira de se interpretar o que foi e qual a finalidade do Serviço Nacional de Informações. Nesse contexto, apesar da convergência de ideias, em grande parte, das opiniões dos depoentes, havia, em alguns casos, mais de uma maneira de analisar os fatos.

A instauração de um órgão bem estruturado que informasse ao governo possíveis ameaças comunistas, segundo entrevistados, se fez presente desde o início da tomada do poder, uma vez que essa proteção era essencial para a formação e estabilização do governo. Para o Presidente Castelo Branco, responsável pela criação do órgão, caberia ao SNI a manutenção

da estabilidade do Poder Executivo, assim como, manter bem informados o Presidente da República e seus Ministros. Isso só seria viável através da produção de informações confiáveis e adequadamente esclarecidas, para que, assim, fossem tomadas as decisões adequadas à situação.²⁴ O Presidente se empenhava em desenvolver um órgão que não só protegesse o governo, mas que também não se confundisse com um aparelho de espionagem e coação, sendo impessoal e imparcial em suas atividades: “Confiabilidade e credibilidade eram atribuições e responsabilidade do SNI”²⁵.

Segundo os depoimentos da obra, quando da sua criação, o SNI era um sistema não tão grandioso quanto o que veio a se tornar com o decorrer do regime. A cadeia de informações se tornou complexa, abarcando diversos setores dentro do governo, tendo como consequência a transformação da atividade de informação no país, tornando-a algo primordial para o regime instaurado à época. O respeito da instituição nos ministérios civis, a todos aqueles que tinham uma responsabilidade com a área da informação, foi resultado da expansão do sistema.

A coleta das informações não ficou restrita aos órgãos federais, tendo sua abrangência, também, no nível estadual. Todos os governadores eram escolhidos com o consentimento daqueles que estavam no poder, e isso demandava um aval do SNI, ou seja, do Presidente, seu principal cliente. Como consequência dessa estrutura montada e sua abrangência, os Estados também acabaram sendo estruturados e tiveram seus órgãos de informação constituídos.²⁶ A ideia inicial, além de um órgão não tão vasto, era também de um sistema criado para fornecer informações à sociedade. Contudo, o que se configurou foram as atividades voltadas para o uso interno das informações, que funcionou como mecanismo de proteção ao movimento revolucionário.

Esta ampla cadeia foi sendo estruturada tendo como órgão central o SNI. Cada Ministério possuía um sistema de informações interno, caracterizados como Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e as Assessorias de Informações (ASIs), que repassavam as informações coletadas aos seus chefes imediatos, para posterior análise e assessoramento no âmbito decisório. A ligação entre várias agências caracterizavam o canal técnico de informações, mas essas ligações eram limitadas por normas estabelecidas: Era necessário conhecimento prévio e

²⁴ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D’ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 148).

²⁵ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D’ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 149).

²⁶ Depoimento do General Otávio Costa publicado em D’ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 260).

autorização dos respectivos comandantes para que ocorresse essa troca de informações. Cyro Guedes Etchegoyen²⁷ afirma em seu depoimento que no Brasil há uma falha no sistema de coordenação, pois a subordinação que por vezes era mantida através dessa hierarquia prejudicava o planejamento e a execução do processo informacional. Essa burocratização demandava um tempo, o que atrapalhava a execução de projetos imediatos.²⁸

Dentro da estrutura montada foram criadas as Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e Assessorias de Informações (ASIs), com objetivo levar informações aos ministros e secretários correspondentes, mas, acabaram se tornando espécies de subagências do SNI. Infere-se dos depoimentos que muitos relatórios com informações sobre o país eram repassados, mas neles não constavam todos os tipos de informações de maneira indiscriminada. Nesses relatórios eram transmitidas apenas as informações que pudessem interessar ao presidente²⁹. O quadro de pessoal, responsável por esse serviço, não era composto por funcionários do SNI, mas sim por funcionários de cada um dos Ministérios correspondentes³⁰.

Com a criação das estruturas ministeriais, as informações eram repassadas em canal direto, e além dessas estruturas, o órgão também dispunha do apoio de agentes contratados, ou informantes³¹. A massa de informações coletada passava por uma triagem, que ficava a cargo da Agência Central do SNI, onde se encontravam excelentes profissionais especialistas no assunto. O que chegava ao chefe do SNI era considerado pouco, ou o principal, por se tratar de alvo específico. Em sua maioria eram manifestações consideradas subversivas, de interesse do governo.³² Informações ligadas a problemas econômicos e sociais de uma maneira geral não interessavam.

No que tange o bom funcionamento da comunidade de informações, o chamado Plano Nacional de Informações (PNI) representou a organização da estrutura formada. Esse plano,

²⁷ Etchegoyen serviu no gabinete do ministro do Exército, General Orlando Geisel, exercendo atividades na área de informação e contrainformação de 1970 a 1974. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994b, p. 109)

²⁸ Depoimento do Coronel Cyro Guedes Etchegoyen publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 110).

²⁹ Depoimento do General Enio dos Santos publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 138).

³⁰ Depoimento do General Ivan de Souza Mendes publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 164).

³¹ Depoimento do General Adyr Fiúza de Castro publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 45).

³² Depoimento do General Carlos Alberto da Fontoura publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 91).

elaborado durante o governo do Presidente Médici, era baseado nas informações básicas que o próprio Presidente e os Ministérios necessitavam. O PNI correspondia a um conjunto de informações estratégicas, revestidas de grande importância, e não informações de rotina. Eram documentos de caráter sigiloso e secreto, suas informações derivavam dos objetivos nacionais permanentes traçados pelo Presidente e pelo Conselho de Segurança Nacional.

Para as agências que formavam a comunidade de informações, como por exemplo, os Centros de Informações do Exército (CIE), da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), não eram disponibilizadas, facilmente, informações providas do SNI, o que não ocorria de maneira recíproca. Nas reuniões ocorridas nessas agências, havia sempre um representante do SNI que se restringia a ouvir. A maioria dos depoimentos revela que não houve superposição de funções entre os órgãos. No sistema instaurado, cada um tinha seu campo específico e a troca de informações, ainda que com pouca reciprocidade, era constante.

O PNI, que obteve uma enorme influência na organização administrativa brasileira, ao definir a organização dos órgãos que constituíam a comunidade de informação, transformou-se em base para o funcionamento do SNI ao substituir o seu antigo Manual de Informações.³³ O Manual de Informações, que existia desde o ano de 1967, dispunha dos informes sobre as suas atividades, a maneira como as informações deveriam ser processadas, classificadas levando em conta a fonte da informação, e outras atribuições.

A responsabilidade pela doutrina nacional de informação ficou a cargo da Escola Nacional de Informações (EsNI).³⁴ Criada em 1971, a EsNI era responsável por formar indivíduos capacitados para trabalhar na área de informações. Os profissionais dessa escola eram preferencialmente civis, embora a escola tenha sido planejada com o auxílio de Oficiais, que eram anteriormente enviados a outros países com o objetivo de entrar em contato com os diversos serviços de informações do mundo e traziam consigo relatórios e experiências que serviam de base para o planejamento e desenvolvimento da escola.³⁵ Formados com uma excelente bagagem ligada à atividade de análise e coleta de informações, tanto no campo

³³ Depoimento do General Enio dos Santos Pinheiro publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 131).

³⁴ De acordo com o site da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – <http://www.abin.gov.br> – ao longo de sua história a EsNI passou a realizar cursos, estágios, eventos, tudo em prol do aprimoramento da doutrina nacional de informações.

³⁵ Depoimento do General Carlos Alberto da Fontoura publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 95).

intelectual quanto no campo operacional, esses profissionais passaram a compor o quadro pessoal do SNI, um dos poucos órgãos que admitiam o emprego de civis em áreas estratégicas do governo. Os Oficiais que estudaram fora do país passaram pelas respectivas escolas de informações (CIE, CENIMAR e CISA), dando suporte ao SNI para criar sua própria doutrina e dando alto grau de especialização a EsNI trazendo, também, equipamentos sofisticados³⁶ para suporte às suas atividades.

O SNI encontrava-se dividido em duas áreas distintas: Seção de Operações e Seções de Informações. A primeira área tinha por função o levantamento das informações, a qual era realizada através de penetrações em edifícios, escutas telefônicas, bem como obtenção de documentos considerados pertinentes. A essa seção não cabia atividades como efetuar prisões, julgar, processar ou mesmo interrogar. A segunda área era responsável pela análise das informações coletadas. Paralelo a isso, as denúncias recebidas pela comunidade de informações, quando relacionadas a civis, eram encaminhadas aos ministérios correspondentes ou ao próprio SNI.³⁷

Em muitos depoimentos é notória a insatisfação quanto às acusações comumente feitas ao papel desempenhado pelo SNI. Carlos Alberto da Fontoura em seu depoimento diz que ao SNI era agregado um valor negativo, como se fosse o responsável por tudo de ruim que acontecia no país. Segundo os depoentes é incorreto relacionar o órgão a atividades como tortura³⁸. As operações de informações do SNI eram atividades ligadas à busca de informações, e a própria Escola de Informações, que formava a maioria dos profissionais do SNI, possuía um código de honra e um código de ética a serem seguidos.

Segundo os depoimentos, o SNI não teve o papel de destaque que costumam lhe atribuir pelo êxito da repressão. Não foi o responsável por uma participação mais ativa, mais militante, mais guerreira. Teve um papel politizado, acompanhando tanto aqueles considerados como inimigos, como também os próprios integrantes do governo. As escutas, a busca por saber quem é quem, o que se está fazendo, o que se pretende fazer, o que se anda dizendo, tudo isso, concorreu inclusive para a escolha das pessoas da área administrativa, nas

³⁶ Depoimento do General Octávio Costa publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 263).

³⁷ Depoimento do General Adyr Fiúza de Castro publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 49).

³⁸ Depoimento do General Enio dos Santos Pinheiro publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p. 136).

instâncias federais e estaduais.³⁹ Entre o meio militar é comum acreditar que em torno dos órgãos de informação criou-se uma lenda, e que é costumeiro falar muitas inverdades sobre a maneira de agir do SNI.

A temática dos depoimentos também traz a ideia de que o SNI tornou-se mais rígido em suas atividades em decorrência das guerrilhas que se desenvolveram a partir de 1965. Afirma-se que o crescimento das ondas de violência, e da chamada subversão, trouxeram como consequência a expansão dos órgãos de informação e segurança, sendo causa também da integração do Sistema Nacional de Informações.⁴⁰ Enio dos Santos Pinheiro⁴¹ elucida em seu depoimento que o SNI foi obrigado a se voltar para a informação sobre a guerrilha, seguindo uma destinação diferente da que lhe foi atribuída inicialmente.

O projeto de lei inicial do SNI feito por Golbery e entregue ao Presidente Castelo Branco no início do regime em muito se destoava daquilo que se transformou o SNI dos anos de maior repressão. O órgão foi se tornando mais eficiente com a permanência do regime militar no poder, no que tange as intenções do governo. Sua estrutura foi ampliada principalmente durante o Governo do Presidente Médici. Muitos militares atribuem esse crescimento ao fato de o então Presidente ter sido em outra ocasião chefe do SNI, conhecendo por tanto suas necessidades. O Presidente tinha o órgão como um instrumento de grande importância, Octávio Costa cita em seu depoimento que as estruturas do SNI eram como “ossos do presidente”.⁴²

Ao se tratar desse grande crescimento, também é ressaltada a chefia de Otávio Medeiros. Mencionado como o mais duradouro e mais poderoso chefe do SNI, este tomou posse de suas funções no serviço com apoio de João Figueiredo – Presidente à época – que lhe deu todos os recursos humanos, materiais, bem como, financeiros, para atendimento às necessidades do órgão. Diz-se que na gestão de Medeiros o SNI passou a ter poder como de uma espécie de

³⁹ Depoimento do General Octávio Costa publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 133).

⁴⁰ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1994b, p.151).

⁴¹ Responsável pela organização da agência central do SNI em Brasília; Criador e primeiro diretor da Escola Nacional de Informações (EsNI).

⁴² Depoimento do General Octávio Costa publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 270).

quarta Força Armada⁴³, seu chefe reuniu dentro do SNI a inteligência da engenharia militar e deu ao órgão excepcional poder tecnológico.

No caminho da abertura política, os depoimentos relatam que o processo reduzia muito o poder dos órgãos de informação e sua liberdade de atuação, pois o SNI cresceu ou se agigantou num tipo de atividade de informação que não era mais entendida como essencial. As pessoas envolvidas nesse tipo de trabalho estavam perdendo aos poucos seu emprego, sua capacidade de manipulação.⁴⁴ A comunidade de informações demonstrou certo descontentamento com a ideia de um SNI voltado mais para o controle externo, visto que o órgão, com o caminhar do processo, passou a dar mais importância às informações externas.

No meio castrense é comum a ideia de que a extinção do SNI, tal como era, foi um erro. Para muitos depoentes, em se tratando da defesa do Estado e da proteção de seus interesses, a informação é condição essencial. Não manter um serviço de informações de alto nível, para assessorar as autoridades na tomada de decisões foi entendido como algo errado. Leonidas Pires Gonçalves afirma que toda a campanha contra o SNI faz parte da “guerra da esquerda infiltrada nos meios de comunicação”.⁴⁵

Teses a favor da continuação de um órgão de informações como o SNI afirmam que a existência do órgão é primordial a qualquer governo bem estruturado, o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, por exemplo, poderia ter tomado outra direção caso estivesse em funcionamento o SNI. De acordo com esses pensamentos as restrições ao órgão podem ter se espalhado pelo fato de o SNI se tratar de um item emblemático dos governos militares, e uma das maneiras de demonstrar mudanças em relação ao período autoritário da história brasileira foi decretar o seu fim. Contudo, Ivan de Souza Mendes⁴⁶ afirma que o SNI não foi extinto, apenas mudou de nome, elucidando que Collor apenas assinou um decreto para fins de marketing político.⁴⁷

⁴³ Depoimento do General Octávio Costa publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 117).

⁴⁴ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 90).

⁴⁵ Depoimento do General Leonidas Pires Gonçalves publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 186).

⁴⁶ Depoimento do General Ivan de Souza Mendes publicado em D'ARAUJO; SOARES; CASTRO (1995, p. 171).

⁴⁷ Através da Medida Provisória nº. 150, de 1990, o Presidente da República Fernando Collor de Mello extinguiu o SNI e atribuiu à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) a responsabilidade

Todas essas informações, opiniões e interpretações representam uma perspectiva que destoa em diversos aspectos daquilo que é corrente quando o enfoque é o regime militar brasileiro. Àqueles que buscam um aprofundamento no tema, que almejam compreender as estruturas da época, e entender as razões dos acontecimentos, é necessário se desfazer de preconceitos e utilizar as diversas fontes existentes para análise e consequente formação de suas próprias interpretações.

CONCLUSÃO

O SNI foi um órgão muito importante do aparato governamental montado com o golpe de 1964. Era imprescindível que as informações fossem obtidas para a manutenção do Estado de Segurança Nacional. O SNI tornou-se o órgão principal do sistema de informações ou comunidade de informações, por estar diretamente ligado à presidência da República.

O órgão foi constantemente alvo de críticas no que tange a sua função dentro do regime, frequentemente relacionado às atitudes autoritárias e à rigidez com que o governo lidava com a oposição radical. Para Carlos Fico, por exemplo, os Atos Institucionais, as Leis Complementares e a Instituição de um órgão como o SNI logo no primeiro ano de governo, servem para confirmar sua tese de que desde o início o regime já demonstrava um caráter autoritário. (FICO, 2001, pp. 18-19)

Partindo dessas asserções sobre o SNI, o trabalho contrapõe a historiografia corrente aos argumentos de militares entrevistados nas obras sobre a memória militar. Pode-se concluir que o pensamento dos depoentes não é homogêneo, como se costuma pensar. Muitos não atribuem ao regime o caráter autoritário como algo prenunciado e sistematicamente executado. Os militares acreditam que o endurecer do regime foi uma consequência da necessidade de se combater a oposição que vinha se manifestando, e o SNI, nesse sentido, também precisou modificar suas atividades.

Os militares entrevistados demonstram convergência em seus depoimentos ao contestarem as críticas atribuídas ao SNI, tais como a responsabilidade por julgamentos ou torturas. Afirmam que ao SNI cabia a coleta de informações, contudo, não desmentem que tenha ocorrido esse tipo de ação mais repressiva durante os governos por parte de outras instituições, e confirmam que essas atividades não se originavam do SNI. O trabalho, em suma, colabora para uma melhor compreensão do que foi o sistema de informações no Brasil do regime militar, e como os militares interpretam sua atuação e desempenho nesse contexto.

Uma das principais contribuições proporcionada por esse estudo é a demonstração da legitimidade em se conhecer as diferentes perspectivas e visões do passado, sem julgá-las primariamente como verdadeiras ou falsas. Através do objeto SNI analisado nos depoimentos, foi possível observar a relevância de se levar em conta narrativas carregadas de lembranças, testemunhos, observações, emoções, e entendê-las como partes ou fragmentos passíveis de

análise para a elaboração do saber. Nesse sentido, o texto de Lucília de Almeida Neves Delgado traz uma pertinente contribuição sobre a história oral:

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado. (DELGADO, 2003, p. 23)

Passados vinte e seis anos do fim da experiência militar no comando do país, pode-se perceber que há inúmeras maneiras de se contar essa história. A infinidade de temas relacionados ao regime militar abre possibilidades de diferentes enfoques, abordagens e interpretações, principalmente por se tratar de um período marcado por novas experiências e por transformações nos campos político, econômico e social.

O padrão da literatura acerca do tema foi se modificando ao longo do tempo. A historiografia relacionada ao período, que num primeiro momento se ateve principalmente às memórias de perspectiva da esquerda, foi se expandindo de maneira que, hoje, pode-se encontrar a história contada pela perspectiva dos militares, e não só dos grandes generais ou presidentes, mas também de pessoas diretamente envolvidas nos bastidores do regime.

As mudanças no perfil da pesquisa e da produção histórica, no que diz respeito ao regime militar, tornam possíveis abordagens com maior rigor factual, e também possibilitam que leituras, interpretações ou hipóteses explicativas sejam propostas (FICO, 2007, p. 174). Nesse sentido, o presente estudo destacou diferentes aspectos e visões sobre um mesmo objeto, o Serviço Nacional de Informações, e demonstrou a necessidade e validade das diferentes memórias na produção do conhecimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

FONTES:

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SITES:

BRASIL. Ato Complementar nº. 4, de 20 de novembro de 1965. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>. Acesso em 02/12/2011.

BRASIL. Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 31/10/2011.

Currículos dos organizadores das obras: <http://mariacelina.daraujo.net> Acesso em 02/12/2011; <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793517D2> Acesso em 02/12/2011; <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782285J8> Acesso em 02/12/2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: *Historia Oral*, 2003. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=62&path%5B%5D=54>. Acesso em 06/12/2011.

MARTINS FILHO, João R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **XXIV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos** (Dallas, TX, 27 a 29 de março de 2003). Disponível em http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil_martins.pdf. Acesso em 06/12/2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*, v. 2, nº. 3, 1989. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>. Acesso em 02/12/2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LARAMÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, v.4, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**, Bauru, SP: Edusc, 2005.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973), In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, v.4, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VAISSE, Maurice. **As relações internacionais desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 1996.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, Bernardo; DE ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTTA, C. Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu Bianca Maselli Gomes, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **O Serviço Nacional de Informações: As visões dos militares** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.